

Organismos multilaterais avalizam a situação da economia brasileira

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) já deram sinal ao governo brasileiro de que vão apoiar o acordo negociado com os bancos credores privados. Os três organismos multilaterais já redigiram as cartas que, junto com a carta do ministro da Fazenda do Brasil, serão distribuídas à comunidade bancária internacional avalizando a situação da economia brasileira. O teor dos textos não varia muito: destaca-se a abertura da economia, a performance do comércio externo e a evolução do programa de privatização, com menção ao esforço do governo no sentido de perseguir o ajuste fiscal.

As cartas serão datadas no dia da aprovação do acordo pelo plenário do Senado Federal, que na segunda-feira acatou os termos negociados com o comitê de bancos em 9 de julho deste ano. Tão logo a resolução sobre a minuta do acordo seja publicada no diário do Senado Federal, será dado início à etapa seguinte que prevê a adesão dos credores, no mínimo 95% do valor da dívida a ser reescalada — cerca de US\$ 44 bilhões —, para a troca por bônus de até trinta anos de prazo. Já no início de janeiro, o negociador da dívida externa, Pedro Malan, e sua equipe vão correr os principais centros financeiros internacionais para “vender” o acordo.

ROAD-SHOW

A rodada de visitas — chamada de “road-show”

no jargão financeiro internacional — inclui exposições detalhadas sobre todos os aspectos do acordo aos credores japoneses em Tóquio, aos credores europeus nos centros de Londres, Paris e Frankfurt e aos credores norte-americanos em Nova York. Assim que for formalizada a fase de adesão, os cerca de 700 bancos credores do Brasil terão dez semanas para indicar suas opções em razão do bônus que melhor lhes convier. O País está oferecendo sete diferentes tipos de instrumento que vão substituir a dívida velha, contratada no passado na forma de empréstimos, e como um chamariz para que os credores acelerem o processo de adesão

que o governo se dispõe a pagar ao cabo daquelas dez semanas, se o prazo tiver sido cumprido, 20% dos juros retidos ao período entre 1º de janeiro e 9 de julho deste ano. Isto deve equivaler mais ou menos ao valor de US\$ 170 milhões que o País estará remetendo aos bancos dentro de dez dias e que corresponde aos 20% dos juros retidos no período entre o dia 9 de julho deste ano até a data da aprovação do acordo pelo Senado Federal.

O presidente do Banco Central, Gustavo Loyola, saudou ontem a decisão dos senadores e lembrou que a regularização nas relações entre o Brasil e os bancos credores tenderá a reforçar a confiança no País e a

garantir maior ingresso de capitais externos.

O Banco Central ontem informou que a partir de simulações sobre a adesão dos bancos ao acordo da dívida externa, e considerando as negociações fechadas com os credores oficiais do Clube de Paris, o setor público não financeiro (governo federal, estadual e municipal) vai remeter em 1993 aos credores internacionais US\$ 4,4 bilhões, equivalentes a 1,1% do PIB, na forma de pagamento de juros. As contas incluem também os desembolsos devidos aos organismos multilaterais de crédito. Neste ano, os juros do setor público somaram US\$ 5,2 bilhões, correspondentes a 1,3% do PIB.